



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

TBG 2022

Transportadora Brasileira
Gasoduto Bolívia-Brasil S.A



ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	03
Balanços Patrimoniais	03
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	04
Demonstração do Resultado	04
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	05
Demonstração do Valor Adicionado	06
Demonstração de Resultados Abrangentes	06
Notas Explicativas da Administração	07

ADMINISTRAÇÃO	19
---------------	----

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	19
--	----

PARECER DO CONSELHO FISCAL	21
----------------------------	----

RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	21
--	----

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais)

ATIVO	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	740	367
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	7(a)	157	195
Imposto de renda e contribuição social	8(d)	126	103
Impostos e contribuições	8(d)	4	63
Demais ativos circulantes		13	16
Total do ativo circulante		1.040	744
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		2	2
Outros		1	1
		<u>3</u>	<u>3</u>
Investimento		1	1
Imobilizado	6	1.550	1.555
Intangível - softwares		15	15
		<u>15</u>	<u>15</u>
Total do ativo não circulante		1.569	1.574
Total do Ativo		<u>2.609</u>	<u>2.318</u>
PASSIVO			
	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		56	66
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas o Sistema Petrobras	7(a)	56	137
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8(c)	527	302
Demais Tributos a recolher		33	24
Dividendos a pagar	9(c)	23	-
Provisão de contingência	15	3	30
Outras contas a pagar		52	52
		<u>52</u>	<u>52</u>
Total do passivo circulante		750	611
Não Circulante			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	786	889
Obrigações atuariais	17	73	61
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(a)	381	424
		<u>381</u>	<u>424</u>
Total do passivo não circulante		1.240	1.374
Patrimônio líquido			
Capital social	9(a)	93	93
Reservas de lucros		19	19
Ajuste de avaliação patrimonial		39	41
Dividendos adicionais propostos		468	180
		<u>468</u>	<u>180</u>
Total do patrimônio líquido		619	333
Total do Passivo		<u>2.609</u>	<u>2.318</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	93	19	11	289	-	412
Autorização AGO 12/04/2021 para pagamento de dividendos	-	-	-	(289)	-	(289)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	811	811
Ajuste atuarial	-	-	30	-	-	30
Dividendos antecipados (Nota 9 (c))	-	-	-	-	(631)	(631)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	180	(180)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	93	19	41	180	-	333
Autorização AGO 12/04/2022 para pagamento de dividendos	-	-	-	(180)	-	(180)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	936	936
Ajuste atuarial	-	-	(2)	-	-	(2)
Dividendos Antecipados (Nota 9 (c))	-	-	-	-	(445)	(445)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(23)	(23)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	468	(468)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	93	19	39	468	-	619

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais, exceto pelo lucro líquido básico e diluído por ação)

	2022	2021
Receita operacional líquida (Nota 10)	1.806	1.766
Custo dos serviços prestados		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(205)	(194)
Custo de operação e manutenção (Nota 11)	(176)	(224)
Total do custo dos serviços prestados	(381)	(418)
Lucro bruto	1.425	1.348
Despesas gerais e administrativas (Nota 12)	(114)	(109)
Lucro operacional	1.311	1.239
Despesas financeiras (Nota 13)	(20)	(28)
Receitas financeiras	76	12
Variação cambial (Nota 14)	56	(61)
Resultado financeiro, líquido	112	(77)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.423	1.162
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8(b))	(482)	(347)
Corrente	(533)	(299)
Diferido	51	(48)
Lucro antes das participações de empregados	941	815
Participação dos empregados	(5)	(4)
Lucro líquido do exercício	936	811
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	R\$ 10,06	R\$ 8,72

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	936	811
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação do gasoduto (Nota 6)	198	189
Depreciação/Amortização de outros itens imobilizado e intangível	11	9
Provisão atuarial	12	22
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, não realizados	(36)	89
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(76)	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(43)	49
Baixa de Imobilizado	-	3
Variações em ativos e passivos:		
Redução (aumento) de contas a receber	38	136
Aumento (redução) de adiantamentos recebidos da Petrobras	(81)	(134)
Aumento (redução) do imposto de renda e contribuição social	225	32
Redução (aumento) nos demais ativos	305	98
Aumento (redução) de fornecedores	(10)	(9)
Aumento (redução) de demais passivos de curto prazo	(5)	(180)
	538	292
Caixa gerado nas operações	1.474	1.103
Atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(266)	(202)
Pagamento de juros sobre dividendos	(7)	(3)
	(273)	(205)
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	1.201	898
Atividades de financiamento		
Dividendos Pagos	(625)	(959)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(625)	(959)
Atividades de investimento		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	-	(1.513)
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	1.620
Adições ao imobilizado	(203)	(136)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(203)	(29)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	373	(90)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	367	457
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	740	367

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais)

	2022	2021
Receitas		
Serviços de transportes	2.197	2.058
Outras receitas	10	12
	2.207	2.070
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(76)	(127)
Materiais, energia, serviços e outros	(32)	(28)
	(108)	(155)
Valor adicionado bruto	2.099	1.915
Retenções		
Depreciação do gasoduto - Nota 6	(198)	(189)
Depreciação/Amortização de outros itens	(11)	(9)
	(209)	(198)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.890	1.717
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	76	12
Valor adicionado total a distribuir	1.966	1.729
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	183	179
Impostos e contribuições	883	650
Despesas financeiras	(36)	89
Lucro líquido do exercício	936	811
	1.966	1.729

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhões de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	936	811
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Reversão de perdas atuarias - Plano de Pensão e AMS	(1)	34
Imposto diferido	(1)	(4)
Resultado abrangente total	934	841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (“TBG” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997 com sede no Rio de Janeiro/RJ e uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas - SP.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, de sua propriedade, em território brasileiro.

As fontes de receita da Companhia são, principalmente, oriundas do transporte de gás mediante contratos firmados, substancialmente, com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”).

Desde a sua constituição em abril de 1997, a TBG é uma sociedade de economia mista, uma vez que o Sistema Petrobras, por intermédio de suas controladas ou mesmo diretamente, detém 51% das ações com direito a voto da sociedade.

Em julho de 2019 a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), à ocasião controladora indireta da TBG, assinou um Termo de Compromisso de Cessação de Prática com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) pelo qual se compromete em alienar sua participação societária na TBG. O processo de alienação da participação da Petrobras na composição acionária da TBG encontra-se, até a presente data, em curso. Em 30 de setembro de 2019, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras passou a ser a acionista controladora direta da Companhia.

2. CONTA REGULATÓRIA - ANP

Conforme determina a Nota Técnica nº 004/2016-SCM de 26/04/2016, o modelo tarifário adotado pelo Brasil para valoração do serviço de transporte de gás natural é a da “Regulação por Receita Máxima” ou “Revenue Cap Regulation”. Neste sistema tarifário, o regulador estabelece, a partir de um modelo tarifário preestabelecido, uma receita máxima permitida para o transportador ao longo de um ciclo regulatório (período de 05 anos).

Considerando previsão regulatória, eventuais diferenças entre a Receita Máxima Permitida (RMP) da transportadora e a receita efetivamente auferida durante o período tarifário deverão ser reconciliadas a partir de um mecanismo intitulado Conta Regulatória, cujo saldo resultante (a maior ou a menor) integrará a RMP futura.

A Diretoria Colegiada da ANP aprovou em 14/04/2022 (Resolução de Diretoria nº 193/2022) a utilização de 50% da diferença entre as estimativas de custos e despesas aprovadas e o efetivamente gasto como abatimento na RMP prevista para 2024, no valor de R\$ 95 milhões (valor na data-base Dezembro/2019). Além disso, na Chama Pública 04/2022, a ANP determinou o abatimento do restante da diferença de custos e despesas no valor estimado de R\$ 95 milhões na RMP de 2023 (Nota Técnica nº 007/2022/SIM-CGN/SIM/ANP-RJ).

A apuração parcial do saldo da Conta Regulatória de 2020 a 2022 é demonstrada no quadro abaixo. Cabe destacar que esses valores são indicativos e podem sofrer alteração caso a metodologia e as premissas de cálculo adotadas pela TBG sejam diferentes das futuramente definidas pela ANP.

APURAÇÃO PARCIAL DA CONTA REGULATÓRIA	2020	2021	2022
<i>(em R\$ milhões)</i>			
Revisão da Base Regulatória de Ativos pela ANP	136	-	-
Variação na Receita Máxima Permitida (Frustração/ Curto Prazo/ Excedentes/ Penalidades)	6	71	29
Variação dos Custos e Despesas	101	94	127
Variação dos Investimentos em Manutenção	50	9	43
Subtotal	293	174	199
Abatimento da Receita Máxima Permitida Futura (2023 e 2024), conforme Nota Técnica nº 007/2022/SIM-CGN/SIM/ANP-RJ e Resolução de Diretoria nº 193/2022 de 14/04/2022			-190
Saldo Parcial Conta Regulatória	293	467	476

Nota: Valores na Data-base de Dezembro/2019. O valor negativo representa o valor abatido da RMP e os valores positivos são os valores que serão devolvidos para a RMP.

Cumprir destacar que, à despeito do que foi determinado pela ANP, até o momento não há definição sobre como serão tratadas as demais parcelas da Conta Regulatória e quais serão os índices de reajuste a serem aplicados no valor remanescente. Sendo assim, considerando as recentes decisões do regulador de utilizar os montantes acumulados na Conta Regulatória para abatimento de RMP futuras e do não atendimento do requisito obrigacional necessário para provisão, nos termos do CPC 25, tais valores não podem ser registrados nas demonstrações financeiras.

DA SITUAÇÃO DOS CONTRATOS LEGADOS

Além dos contratos de entrada e saída supramencionados, as receitas geradas pela TBG provêm de uma série de contratos legados, a saber:

- (i) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO): vigente até setembro de 2041, trata-se de um contrato de 6 milhões de m³/dia, com pagamento da maior parte da tarifa de capacidade antecipadamente.
- (ii) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade - CPAC 2007: vigente até setembro de 2030, trata-se de um contrato de capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária.

Os contratos de prestação de serviços de transporte ora vigentes estão majoritariamente estabelecidos com o cliente Petrobras, a qual é controladora da Companhia.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas financeiras. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2023.

3.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”).

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

3.3 APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

3.4 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras incluem os rendimentos ou encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

3.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativo Financeiro:

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subseqüentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Passivo Financeiro:

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subseqüentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos, quando aplicáveis, são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de hedge (*hedge accounting*). A Companhia não efetuou nenhuma transação com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

3.7 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é reavaliado, a cada data de apresentação, com a finalidade de apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

O risco de crédito é avaliado pelo histórico dos clientes, permanentemente, para proteção do contas a receber/caixa.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos, pelo menos, a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é avaliado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados indícios de perdas tanto nos ativos financeiros como nos ativos não financeiros.

3.8 IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada. Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Benfeitorias em imóveis	10
Equipamento e instalações de Processamento de Dados	5
Equipamento e instalações de comunicação	5

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.9 PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10 PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

3.11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas

pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece proviões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido no final do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores financeiros nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

3.12 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas adotadas no Brasil.

3.13 NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

International Accounting Standards Board (IASB)

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

B. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Não se espera impacto material para a Companhia.

C. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS FINANCEIROS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores financeiros de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (nota 5).

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (nota 14).

c. Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é realizada a partir do PP-2, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições na forma contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

d. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para definição do Valor Justo na Companhia, foram utilizados dados como cotações de ativos/passivos semelhantes ou dados históricos. O método utilizado para determinação do Valor Justo foi a abordagem de mercado (Nível 2), tendo em vista a imprevisibilidade da cotação de dólar na atualização do saldo passivo do contas a pagar.

Nessa metodologia, para cálculo do Valor Justo foram utilizados preços observados e outras informações relevantes ao ativo/passivo, em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes, tais como cotações e precificações.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na “Nota Explicativa 16 – Instrumentos Financeiros”.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	740	367
	740	367

O montante está distribuído em CDBs dos bancos Bradesco, Santander, Votorantim, Itaú e Caixa Econômica Federal, com rendimento consolidado de 103% do CDI em 31/12/2022, respectivamente, com vencimento inferior a 90 dias de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. IMOBILIZADO

	2022			
	Tempo estimado de vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil	30	4.877	(3.548)	1.329
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	20	(9)	11
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	4	(4)	-
Máquinas e equipamentos operacionais	10	23	(21)	2
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	18	(16)	2
Equipamentos e instalações de comunicação	5	8	(6)	2
Veículos	4	14	(13)	1
Estoque de sobressalentes		93	-	93
Imobilizado em andamento (i)		110	-	110
		5.167	(3.617)	1.550

(i) O imobilizado em andamento inclui melhorias operacionais no gasoduto.

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil	30	4.701	(3.350)	1.351
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	14	(7)	7
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	3	(3)	-
Máquinas e equipamentos operacionais	10	22	(21)	1
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	18	(15)	3
Equipamentos e instalações de comunicação	5	8	(6)	2
Veículos	4	12	(8)	4
Estoque de sobressalentes		87	-	87
Imobilizado em andamento (i)		100	-	100
		4.965	(3.410)	1.555

A. SISTEMA PETROBRAS

	2022	2021
Ativo circulante		
Contas a receber	157	163
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	-	32
	157	195
Passivo circulante		
Contas a pagar	1	1
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	2	-
Devolução PIS/COFINS (iii)	-	80
Adiantamentos de clientes (ii)	53	56
	56	137
Passivo não circulante		
Adiantamentos de clientes (ii)	786	889
Resultado do período:		
Receita bruta de serviços prestados - Nota 10	2.189	2.057
Receita de aluguel de faixa - Nota 10	10	6
Despesas financeiras - Nota 13	(7)	(9)
Variações cambiais - Nota 14	53	(60)

(i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termo contratual do contrato remanescente CPAC, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, que será liquidada no faturamento de transporte em janeiro do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos, com exceção para o último ano de vigência do contrato onde esta diferença é faturada no mesmo ano. Até 31.12.2022 foi apurado o montante de R\$ 2 a ser devolvido em 2023 (em 2021 foi apurado o montante de R\$ 32, recuperado em 2022 via faturamento adicional).

(ii) Adiantamentos de clientes

Petrobras

Referem-se a pré-pagamento dos contratos TCO, CPAC e ainda aluguel de faixa de servidão. Todos são amortizados com prestação dos serviços correspondentes, sem desembolso de caixa.

(iii) Devolução do PIS/COFINS

Dentro dos contratos de transporte estão previstos que os valores dos tributos incidentes são suportados pelo cliente e na hipótese de aumento ou redução, os mesmos deverão ser cobrados ou devolvidos. Tendo em vista o êxito favorável, transitado em julgado, no processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS / COFINS, conforme divulgado na nota explicativa nº 6 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021, a Companhia efetuou o repasse dos créditos ao cliente Petrobras.

B. MEMBROS CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens

	Gasoduto Bolívia-Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, instalações e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.477	58	78	13	1.626
Adições	-	115	17	1	133
Adição do CPC 06	-	-	2	1	3
Transferências (*)	63	(73)	-	1	(9)
Baixas	-	-	(1)	(2)	(3)
Depreciação	(189)	-	(4)	(2)	(195)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.351	100	92	12	1.555
Adições	20	174	7	1	202
Adição do CPC 06	-	-	1	-	1
Transferências (*)	156	(164)	(1)	7	(2)
Depreciação	(198)	-	(5)	(3)	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.329	110	94	17	1.550

(*) Saldo remanescente refere-se ao intangível.

7. PARTES RELACIONADAS

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras).

da TBG e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes, relativas aos meses de dezembro de 2022 e 2021 foram as seguintes:

	2022	2021
Remuneração por empregado em reais:		
Maior remuneração	55.311	52.131
Remuneração média	17.360	17.962
Menor remuneração	4.001	4.199
Remuneração de dirigente (maior)	80.471	80.471

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem:

	2022	2021
Passivo		
Depreciação fiscal do gasoduto	375	430
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	28	30
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	18	-
Outras exclusões temporárias	(48)	(43)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado (efeito acumulado)	373	417
IRPJ e CSLL diferidos em outros resultados abrangentes	8	7
	381	424

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2022	2021
Lucro líquido do período, antes dos impostos e após participação dos empregados	1.419	1.157
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(482)	(393)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusões/(adições) permanentes líquidas	-	46
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do período	(482)	(347)
Corrente	(533)	(299)
Diferido	51	(48)
Alíquota efetiva	34%	30%

(c) Provisão para imposto de renda e contribuição social:

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	482	347
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	(18)	(145)
Provisões temporárias	5	8
Depreciação fiscal do gasoduto	55	57
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	3	35
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no circulante	527	302

(d) Tributos antecipados:

	2022	2021
Imposto de Renda antecipado e retido na fonte	95	74
Contribuição Social antecipada e retida na fonte	31	29
Saldo negativo de IRPJ/CSLL	-	145
ICMS	2	-
PIS / COFINS a recuperar	4	63
Total Antecipado /a Recuperar	132	311

Os tributos acima serão compensados em 2023.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 93.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 19,88% - YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.; e
- 0,12% - Corumbá Holding S.À. R. L.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. Não houve destinação de lucro à reserva legal por esta já ter atingido o limite legal de 20% do capital.

c. Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido. Durante o exercício de 2022, o Conselho de Administração aprovou a distribuição antecipada de R\$ 445, con-

tudo o saldo aprovado não alcançou o dividendo mínimo obrigatório. Sendo assim, ao final do exercício o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$23 de dividendos mínimos obrigatórios para atender as exigências do estatuto social.

A proposta de dividendos encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 491, por conta da destinação integral do lucro líquido do exercício de R\$ 936 para distribuição de dividendos, já descontados os dividendos intermediários pagos de R\$ 445.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	936	811
Dividendos propostos	936	811
Sendo:		
Dividendos intermediários pagos	445	631
Dividendo a pagar - passivo circulante	23	-
Dividendos mínimos obrigatórios	468	631
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	468	180
Dividendo intermediário pago - R\$ por ação	4,78	6,79
Dividendo a pagar e adicional proposto - patrimônio líquido - R\$ por ação	5,28	1,93

10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Receita bruta de serviços de transporte	1.745	1.943
Receita bruta de direitos não exercidos (ship-or-pay)	444	114
Total da receita bruta de prestação de serviços Petrobras (Nota 7(a))	2.189	2.057
Total da receita bruta de prestação de serviços - Outros Clientes	8	-
Receita de aluguel de faixa (Nota 7(a))	9	6
Outras receitas	1	6
Total da receita bruta	2.207	2.069
Tributos incidentes sobre faturamento	(401)	(303)
Receita operacional líquida	1.806	1.766

11. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	2022	2021
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	101	97
Manutenção, conservação e reparos	64	55
Aluguel	16	13
Consumo de material	13	12

	2022	2021
Utilização de sistemas de comunicação	2	2
Serviço de apoio operacional e outros	21	20
Despesa de viagens	2	-
Consumo de energia	(43)	25
	176	224

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Pessoal	71	71
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	7	8
Despesas com imóveis	2	2
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	-	3
Despesas com serviços contratados	18	17
Despesas com depreciação	4	4
Despesa de viagens	1	-
Despesa de baixa de ativo	-	1
Despesas de comunicação e gerais	11	3
	114	109

13. DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Fornecedores	9	18
Empresas do Sistema Petrobras (nota 7 (a))	7	9
Juros sobre dividendos - demais acionistas	4	1
	20	28

14. VARIAÇÃO CAMBIAL

	2022	2021
Fornecedores	(3)	1
Empresas do Sistema Petrobras	(53)	60
	(56)	61

15. CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 31 de dezembro de 2022, estes valores montam R\$ 2.852.141,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e dois

mil e cento e quarenta e um reais) (R\$ 29.704.805,72 (vinte e nove milhões, setecentos e quatro mil e oitocentos e cinco reais) em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais.

CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS

A Entidade é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. As naturezas dos principais passivos contingentes são:

Pleito de empreiteira em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 457 (R\$ 367 em 31 de dezembro de 2021). Por outro lado, a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 304 (R\$ 245, em 31 de dezembro de 2021).

Pleito de danos morais em curso, no valor de R\$ 84 (R\$ 45 em 31 de dezembro de 2021), por supostos prejuízos em razão de restrição de imóvel de sua propriedade.

Os pleitos de natureza indenizatória, movidos por diversos autores, totalizam R\$ 2.132.742,00 (dois milhões, cento e trinta e dois mil e setecentos e quarenta e dois reais) (R\$ 1.943.275,00 (Hum milhão novecentos e quarenta e três mil e duzentos e setenta e cinco reais) em 31 de dezembro de 2021).

A TBG consta como polo passivo em ações trabalhistas, algumas na qualidade de responsável subsidiária. As refe-

ridas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 56 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2021).

Há também ações decorrentes de contribuições previdenciárias originadas de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 4.080.147,00 (quatro milhões, oitenta mil e cento e quarenta e sete reais) (R\$ 1.516.372,00 (Hum milhão, quinhentos e dezesseis mil e trezentos e setenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2021).

Há contingências relacionadas a pedidos de ressarcimento ou restituição de IRPJ e II R\$ 19 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2021).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

		2022							
Instrumentos Financeiros		Valor Contábil				Valor Justo			
Nota	Obrigatoriamente a VJR	Ativos Financeiros a Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos									
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo									
Contas a receber	7(a)	-	157	-	157	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	740	-	740	-	-	-	-
Total dos Ativos		-	897	-	897	-	-	-	-
Passivos									
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									

2022
Instrumentos Financeiros
Valor Contábil
Valor Justo

Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras

7(a)	786	56	-	842	-	842	-	842
------	-----	----	---	-----	---	-----	---	-----

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Fornecedores

	-	-	56	56	-	-	-	-
--	---	---	----	----	---	---	---	---

Total dos Passivos

	786	56	56	898	-	842	-	842
--	------------	-----------	-----------	------------	----------	------------	----------	------------

2021
Instrumentos Financeiros
Valor Contábil
Valor Justo

Nota	Obrigatoriamente a VJR	Ativos Financeiros a Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
------	------------------------	---------------------------------------	-----------------------------	-------	---------	---------	---------	-------

Ativos
Ativos financeiros mensurados ao valor justo
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

Contas a receber

7(a)	-	195	-	195	-	-	-	-
------	---	-----	---	-----	---	---	---	---

Caixa e equivalentes de caixa

5	-	367	-	367	-	-	-	-
---	---	-----	---	-----	---	---	---	---

Total dos Ativos

	-	562	-	562	-	-	-	-
--	----------	------------	----------	------------	----------	----------	----------	----------

Passivos
Passivos financeiros mensurados ao valor justo

Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras

7(a)	889	137	-	1.026	-	1.026	-	1.026
------	-----	-----	---	-------	---	-------	---	-------

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Fornecedores

	-	-	66	66	-	-	-	-
--	---	---	----	----	---	---	---	---

Total dos Passivos

	889	137	66	1.092	-	1.026	-	1.026
--	------------	------------	-----------	--------------	----------	--------------	----------	--------------

Verifica-se que o valor contábil e valor justo são próximos, evidenciando que não estimamos perdas na sua realização. O prazo de recebimento do contas a receber é de, em média, de 15 dias após o faturamento, e o passivo, na conta “adiantamento com o Sistema Petrobras” é indexado ao dólar, e pago pela cotação do dólar do dia de cada pagamento. O prazo de pagamento dos demais fornecedores é de 20 dias em média.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Bradesco, Santander e Votorantim (nota 4), o que faz com que este risco seja reduzido.

O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias e na aplicação de excedentes de caixa, sendo distribuído entre os principais bancos nacionais que foram classificados pelas principais classificadoras internacionais de riscos com “grau de investimento” mínimo de risco brA-/A3.br/A-(bra).

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, parte substancial das operações é efetuada com a Petrobras e suas participações societárias. A Administração entende não haver exposição ao risco de crédito decorrente dessas operações. A Petrobras foi classificada em 2022 e 2021 pelas principais agências de Rating S&P, Moody’s, Fitch (BB-, Ba1 e BB-, respectivamente).

b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

Os adiantamentos recebidos da Petrobras (Nota 6) cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 786 (R\$ 889 em 2021), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

As variações na taxa de câmbio *spot* R\$/US podem afetar o lucro líquido e balanço patrimonial.

As receitas de transporte do contrato TCO são indexadas ao dólar americano, dessa forma a redução do saldo do passivo (pré-pagamento) também acompanha a mesma variação de câmbio, reduzindo assim os riscos cambiais relacionados as obrigações e os recebimentos.

c. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras obrigações	56	-	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	56	56	168	562
	112	56	168	562
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores e outras obrigações	66	-	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	137	42	126	721
	203	42	126	721

d. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis:

(i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

(ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

17. OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

	2022	2021
Plano de previdência complementar	9	11
Plano de saúde – AMS	64	50
	73	61

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Todos os empregados da Companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2022 é de 12,79 anos.

PLANO DE SAÚDE AMS - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A partir de 2014, os empregados da TBG migraram para o plano de saúde AMS - Assistência Multidisciplinar de Saúde, mantido pela Petrobras. A AMS era um plano de saúde administrado pela própria Petrobras e sua gestão era baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício e de prevenção e atenção à saúde. A partir de 1º de abril de 2021, a gestão do plano de saúde passou a ser realizada por uma associação civil, sem fins lucrativos, denominada Associação Petrobras de Saúde (APS), mantendo a modalidade de autogestão que está de acordo com as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a TBG busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2022 é de 26,38 anos.

O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes, sendo que a participação financeira da Companhia e dos beneficiários seguem as proporções previstas no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT):

- A partir de 01/01/2021, o ACT previu a participação de 60% (sessenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 40% (quarenta por cento) restantes pelos beneficiários titulares.
- A partir de 01/01/2022, o ACT considerava a mudança na participação, seguindo o previsto na Resolução CGPAR nº 23, ou seja, na proporção de 50% (cinquenta por cento) entre a Companhia e os participantes.

Em 02 de setembro de 2021, houve a suspensão da Resolução da CGPAR nº 23 pelo Poder Legislativo. O acordo da Companhia com as entidades sindicais prevê que em caso de mudança ou revogação da referida proporção, permanecerá a relação 60% Companhia x 40% beneficiários.

Em 2022, houve também alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial (taxa de desconto) e a Companhia reconheceu uma perda de R\$ 3 em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida com o aumento no passivo atuarial decorrente da remensuração do seu plano de assistência médica.

MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

	2022			2021		
	Petros 2	AMS	Total	Petros 2	AMS	Total
Obrigação atuarial no início do exercício	11	50	61	20	52	72
Custos reconhecidos no resultado	1	11	12	2	21	23
Outros resultados abrangentes - ORA	(3)	3	-	(11)	(23)	(34)
Obrigação atuarial no final do exercício	9	64	73	11	50	61

Os controles de premissas adotadas e a metodologia de cálculo das obrigações atuariais são corporativos e aplicados pela controladora Petrobras. As principais premissas atuariais e a análise de sensibilidade do plano Petro 2 e plano de saúde estão divulgados em suas demonstrações financeiras das respectivas entidades gestoras.

NOVO MODELO DE GESTÃO DO PLANO DE SAÚDE

Em 27 de novembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a participação da TBG no novo modelo de gestão para a Assistência Multidisciplinar de Saúde, com percentual de participação de 0,26%. A partir de 1º de abril de 2021, a gestão do plano de saúde passou a ser realizada por uma associação civil, sem fins lucrativos, denominada Associação Petrobras de Saúde (APS), mantendo a modalidade de autogestão que está de acordo com as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras e APS, vêm sendo realizadas transferências de recursos financeiros para formação do capital regulatório da APS, correspondente ao percentual de participação, com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários e serão reconhecidos nas patrocinadoras, em suas demonstrações individuais, como investimentos avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo apresentado na conta de investimento é de R\$ 1,1.

Com a transferência para o novo modelo de gestão, não houve alteração de patrocinadoras, benefício, cobertura ou abrangência, bem como efeitos contábeis.

ADMINISTRAÇÃO

Paulo José Arakaki
Presidente do Conselho de Administração

Francisco Vidal Luna
Conselheiro

Igor Lins da Rocha Lourenço
Conselheiro

Isabela Poggi da Rocha de Souza Lobo
Conselheira

Juan Carlos Ortiz Banzer
Conselheiro

Leonardo Jose Cardoso Duncan
Conselheiro

Manuel Luiz da Silva Araujo
Conselheiro

Monica Castro de Mello Bity
Conselheira

Erik da Costa Breyer
Diretor-Presidente

Marcelo Curto Saavedra
Diretor de Manutenção e Operação

Carlos Alberto Rechelo Neto
Diretor Financeiro e Riscos

Jorge Roberto Abrahão Hijjar
Diretor Comercial

Ricardo Souza de Holanda
Contador CRC-RJ-040722/O-2
Gerente de Controladoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsa-

bilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas n°s 1 e 7, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, principalmente envolvendo a receita de serviços. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada

sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Eduardo Garbin Di Luca
Contador CRC RJ-114186/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A - TBG, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Integrado da TBG - 2022 (que inclui o Relatório da Administração em atendimento à legislação societária Lei nº 6404/76 e Lei nº 13.303/16) e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da TBG desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Administração da Companhia e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Financeiras e o Relatório Integrado 2022 estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da TBG propõe o pagamento de dividendos complementares de R\$ 490.910.278,46 (Quatro-

centos e noventa milhões, novecentos e dez mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos), composto pelos dividendos obrigatórios complementares e a parcela de dividendos adicionais, cujo valor será acrescido da correção pela variação da taxa Selic, em parcela única prevista para pagamento após a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 2023, correspondente à destinação integral do lucro líquido do exercício de 2022 de R\$ 935.910.278,46 (Novecentos e trinta e cinco milhões, novecentos e dez mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos), já descontados os dividendos intermediários pagos de R\$ 445.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões de Reais) ao longo de 2022.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, em especial a projeção de fluxo de caixa para 2023, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação integral do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da TBG.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023.

Cristiano Gadelha Vidal
Campelo

Júlio César Gonçalves
Corrêa

Luciana dos Santos Uchôa

RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração (“CA”), composto atualmente por três membros, externos, nomeados pelo CA.

2. Responsabilidades

O CAE tem suas atribuições definidas, dentre outros, pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8.945/2016, pelo Estatuto Social da TBG e por seu Regimento Interno.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

Os administradores da TBG são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Independente é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras e avalia também a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstra-

ções, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a TBG está exposta, monitorando, avaliando e aferindo, de forma independente, as ações de gerenciamento destes riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

3. Atividades do período

O CAE desenvolveu as suas atividades conforme previstas no seu Plano de Trabalho aprovado pelo CA. Essas atividades estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas a esse Comitê.

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o CAE realizou, no período de 01/01/22 a 31/12/22, 32 reuniões com os seguintes órgãos/áreas: Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, Comitê de Gestão de Riscos Empresariais, Diretoria Executiva, gestores das principais áreas da Companhia, auditorias interna e independente, Comitê de Auditoria Estatutário da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, além de reuniões internas.

Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido, quando aplicável,

feitas recomendações de aprimoramento.

Não chegou ao conhecimento do CAE a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da Companhia, perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros.

3.1 – Auditoria Interna

Nas reuniões realizadas foram avaliados, dentre outros, o processo de planejamento, sumários e relatórios dos principais trabalhos efetuados e o acompanhamento das principais recomendações de auditorias interna e independente e de órgãos externos de fiscalização e controle.

3.2 – Auditoria Independente

O CAE avaliou o planejamento e os resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, principais assuntos de Auditoria e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis.

3.3 – Sistema de Controles Internos

A avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos foi fundamentada, principalmente, nos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle e em informações e documentos recebidos de diversas áreas da TBG.

3.4 – Transações com Partes Relacionadas (TPR)

O CAE avaliou e monitorou em conjunto com a Administração e Auditoria Interna, a adequação das TPR, de acordo com a Política Interna de TPR e requerimentos legais.

3.5 – Parâmetros e resultado atuarial

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis sobre o processo de avaliação atuarial da TBG em relação ao fundo de pensão patrocinado pela Companhia, realizados debates e discutidas as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliadas as premissas e os resultados atuariais.

3.6 – Gestão de Riscos

Foram avaliadas e monitoradas as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos.

3.7 – Demonstrações Financeiras e Relatório Integrado

O Comitê de Auditoria Estatutário supervisionou a elaboração, procedeu à revisão das Demonstrações Financeiras da TBG acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31/12/22. Monitorou a sua qualidade e integridade, bem como exerceu as demais competências previstas no Decreto 8.945/2016, art 38, §1º, incisos III a VII e na Lei 13.303/2016, art 24, §1º, inc. III a VII. O Comitê tomou conhecimento do Relatório Integrado do exercício em atendimento à legislação societária Lei 6.404/76 e Lei 13.303/16.

4. Conclusões

As conclusões descritas neste relatório foram baseadas em reuniões regulares realizadas com diversas áreas da Companhia, além de informações, documentos, relatórios produzidos pelas Auditorias Interna e Independente, pela Diretoria Executiva, pelos Conselhos de Administração e Fiscal e por gestores das principais áreas da TBG.

O trabalho desenvolvido pelo Comitê de Auditoria Estatutário foi registrado em atas, cujos extratos estão disponíveis no site da TBG como ação de transparência

ativa e podem ser consultados no endereço eletrônico: <https://www.tbg.com.br/estrutura-de-governanca>

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

4.1 – Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade das operações da TBG e é objeto de permanente atenção por parte da Administração. Houve a implementação de ferramenta tecnológica na Auditoria Interna que possibilitará maior integração principalmente das atividades de Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria Interna.

A cultura de controle e integridade é foco permanente de atenção da Administração.

As transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis.

Os principais parâmetros nos quais se fundamentam os cálculos atuariais do plano de benefícios do fundo de pensão patrocinado, são admissíveis e estão alinhados com as melhores práticas do mercado.

As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração.

4.2 – Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. Afere a confiabilidade do processo de preparo das Demonstrações Financeiras conforme a Lei 13.303/2016 art. 9º, §3º, inc II; Decreto 8.945/16, art. 17, inc II.

4.3 – Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria Estatutário, em relação a auditoria independente, supervisionou suas atividades e avaliou a sua independência e a qualidade dos serviços prestados conforme a Lei 13.303/2016, art 24º, §1º, inc.I e II e Decreto 8.945/16, art 38, §1º, inc. I e II.

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da KPMG Auditores Independentes.

4.4 – Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria Estatutário supervisionou a elaboração das Demonstrações Financeiras da TBG e monitorou a sua qualidade e integridade, bem como exerceu as demais competências previstas no Decreto 8.945/2016, art 38, §1º, incisos III a VII e na Lei 13.303/2016, art 24, §1º, inc. III a VII.

O Comitê, considerando os resultados dos trabalhos realizados e o relatório da KPMG Auditores Independentes, julga que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras de 31.12.22, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023.

Reinaldo Guerreiro
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Ana Clara da Silva Moura
Membro

Francisco Vidal Luna
Membro



➤ Praia do Flamengo, 200 - 25º andar
Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22.210-901

